

A EDUCAÇÃO E A AUTONOMIA DO PROFESSOR: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO

*Edson Roberto Oaigen **

INTRODUÇÃO

Assumir criticamente a política educacional numa concepção progressista significa canalizar a prática para a ação educativa de uma escola criativa, emancipada e democrática, onde as bases da luta pela cidadania e pela oportunidade de participação na sociedade através do seu envolvimento nas decisões econômicas, sociais e políticas.

Analisando a questão da autonomia do professor vê-se que esta é uma forma de mostrar sua capacidade de homem livre, pensante e com capacidade de se auto-construir. A situação atual na escola pública ou particular, de maneira geral, não tem mostrado sinais de autonomia. Ao contrário, vemo-nos diante de uma escola com professores, alunos e pais cumprindo programas, aspectos burocráticos e decisões de outrem, num verdadeiro exemplo de heteronomia.

Analisando a questão da autonomia do professor vemos casos em que a própria escola apresenta previsão de currículo com concepção progressista e que, muitas vezes, esta não é assimilada pelo professor, pois a ênfase que lhe foi oferecida na sua formação indicava para uma concepção tradicional, não-crítica e heterônoma: o professor termina por repetir em sala de aula a ênfase curricular de sua formação acadêmica.

A autonomia requer a vivência desta situação, o rompimento com o sistema heterônomo que além de reprodutor e acrítico é também materialista, assistencialista e incentivador da dependência física, moral e intelectual. Não basta somente o discurso teórico pela autonomia do professor, é necessário muito mais: uma práxis diária que mostre uma escola discutida com a comunidade e não para a comunidade; o conhecimento do direito à Educação, onde todos têm direitos iguais para a assimilação e divulgação da Ciência, Letras e Artes; direitos a desenvolver as potencialidades inatas e adquiridas que caracterizam o homem livre, social e universal.

* Professor do Departamento de Biologia e Coordenador do Centro de Ciências da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Pós-Graduado em Biologia, Mestre em Educação e Doutorando em Educação (UFSM-RS/CONVÊNIO UNICAMP - SP)

A realidade hoje mostra um professor inseguro quanto à busca da autonomia, pois, sente-se despreparado, sem pressupostos que lhe garantam assumir uma discussão com enfoque na liberdade, na escola da não-produção e, acima de tudo, sente que falta por parte do ESTADO o reconhecimento da importância da Educação como meio da libertação e da formação de um homem atuante, crítico e autônomo.

Lembo (7:1975) escreve algo que mostra o problema na formação da criança e com reflexos no futuro cidadão:

A proposição básica, que apresento, é a de que, se existem diversos complexos fatores físicos, psicológicos, econômicos e sociais, responsáveis pelo desempenho de cada criança, na escola, a causa básica do insucesso está no próprio processo escolar. o aluno não entra na escola fracassado: quando fracassa são os métodos empregados pelos professores e administradores, individual e coletivamente, que estão falhando .

Ora, uma análise da citação anterior reforça a idéia da influência da ênfase curricular tradicional vivida pelo professor atual quando aluno. O reflexo na sua forma de atuar hoje é, pois, evidentemente: repete sem convicção plena aquilo que está fazendo - até por ignorar princípios de autonomia - e acaba fazendo a Escola da Reprodução e incentivando a heteronomia.

IMPORTÂNCIA DA AUTONOMIA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO CONTINUADA

As mudanças constantes na sociedade moderna se associam a uma valorização do que é novo e isto faz com que o conhecimento se desvalorize e se torne muito mais questionado do que em sociedades anteriores. É necessário que ocorra um processo de atualização permanente (educação continuada) para que o professor não fique a margem dos processos evolutivos, científicos e tecnológicos.

A inovação se acelerou também no domínio técnico e científico. Os produtos ou métodos de produção mudam com tão grande rapidez que os cidadãos - consumidores e produtores - têm dificuldade em acompanhar as mudanças. Uma renovação permanente se opera igualmente em todos os domínios do conhecimento, em particular do domínio dos conhecimentos ético

e estético. Na sociedade atual a ética das relações coletivas e pessoais provoca tensões cada vez mais agudas entre as gerações e as normas estéticas são constantemente abaladas pelas contínuas alterações científico-tecnológicas do mundo de hoje. No entanto notamos uma certa apatia em relação à Educação no sentido de acompanhar as inovações constantes. É nesse ponto que reside a capacidade opressora, cada vez maior, do Estado sobre o trabalhador, através da burguesia e do poder que está em suas mãos. Urge a necessidade de uma postura da Educação em relação ao Estado. É o momento de uma escola ativa, dinâmica e crítica (mas com competência, não somente para a crítica individual, mas para atuar e transformar as relações de classes sociais que hoje existem).

Em nossa escola, hoje, o professor tem medo de buscar sua autonomia porque não se sente suficientemente preparado, não tem condições de buscar uma atualização, não sabe como superar os binômios autoridade - autoritarismo e liberdade - libertinagem. O uso e a importância da autonomia passa pela compreensão e pelo aprendizado dos binômios citados.

A participação ativa numa sociedade em mutação exige, antes de tudo, uma aptidão para a mudança, necessitando um refinamento nas capacidades de inteligência e de sensibilidade e isto só será alcançado se houver o contato permanente do educador com os avanços científicos, educacionais e tecnológicos.

Acredito que o educando e o educador de hoje são elementos capazes de transformar as relações sociais que hoje povoam o mundo capitalista, mas, para que isto ocorra, é necessário que as relações entre Estado e Educação possibilitem a ocorrência de currículos que propiciem uma educação crítica não para a adaptação à atual sociedade mas para transformá-la na busca de uma sociedade justa.

É importante destacar aqui uma das concepções de currículo conforme Eisner e Vallance: o currículo como reconstrução social. Liste algumas características e, junto, farei o comentário procurando adequá-lo ao tema deste capítulo.

Nessa concepção a importância da educação e do conteúdo curricular é destacado no contexto social. Visa o atendimento às necessidades sociais e não às individuais. As metas da educação são trabalhadas de um ponto de vista global e não em cima de objetivos imediatos tais como: cognitivos, tecnológicos ou pessoais e as que implicam no meio social.

Comentando essas idéias é possível acrescentar outras com os quais pretendo expor alguns pontos de vista pessoais:

a) a mudança social e o compromisso com a sociedade futura são prioritários;

b) a escola hoje tem duas tendências: uma adaptativa e outra reformista. Na primeira (adaptativa), prevê-se grandes mudanças na sociedade e a escola deverá fornecer ao indivíduo instrumentos que lhe permitam sobreviver no mundo instável e com mudanças contínuas e a segunda (reformista/transformadora) é mudanças contínuas e a segunda (reformista/transformadora) é genuinamente reconstrutivista não quer somente indivíduos devidamente equipados mas também educados politicamente para intervir ativamente nas mudanças. A primeira linha é conservadora e a segunda mais crítica e dinamiza o indivíduo no sistema.

Acreditamos que exista um caminho lógico: aquele que partindo de uma base, a educação integral nos conduza através da tecnologia, da ciência, da política e da participação ao desenvolvimento justo e comprometido com todos os segmentos da sociedade e, além disso, a necessidade de ocorrência de um programa de Educação Continuada, voltado para a contínua atualização do professor e, com isso, o alcance da autonomia.

A Educação e o Estado através de um equilíbrio, principalmente em relação ao humano, devem possibilitar ações sem omissão, capazes de estabelecer a justiça e o bem estar entre os indivíduos. Uma técnica que não se confunde como um fim em si mesma, mas que seja controlada pelo homem e usada a seu serviço, ao invés de fazer do indivíduo um mero robô.

Nessa concepção de Educação é necessária a presença de um componente essencial: a participação. Tal educação deve criar necessidades novas: exige a participação ativa, madura e consciente do cidadão, precisa ser integral e dinâmica através de todos os segmentos do Estado envolvidos no processo educacional. É inconcebível a Educação isolada do contexto social como ocorre normalmente hoje. É com a participação intensa de todos no todo através da compatibilização entre o desenvolvimento de todos os segmentos sociais que poderemos alcançar os maiores anseios da sociedade, de uma sociedade justa, politizada, onde o homem seja realmente o que importa, o que interessa.

A educação através da escola pública, deverá desenvolver-se de maneira a responder os anseios pessoais e comunitários. É fácil exemplificar:

é numa oficina que se pode explicar aos carpinteiros, por exemplo, as leis de produção, consumo e lucro; é trabalhando na terra que o agricultor pode aprender as regras de produção e comercialização; e é através dos fatos diários que o homem constitui sua própria filosofia. No entanto, se a escola não estiver em condições de propiciar politização e vivência real a classe burguesa continuará oprimindo a classe operária.

Devemos ter consciência das dificuldades que envolvem a problemática educacional. No entanto, não será através de uma atitude acomodada que conseguiremos transformar a sociedade. O compromisso é de todos. Todos somos responsáveis.

A autonomia como fruto da Educação Continuada possibilitará o crescimento do potencial crítico, o amadurecimento da visão integral do homem a contextualização do homem na sociedade e a formação do professor com características de Educador, aquele que exerce plenamente sua cidadania como profissional em Educação. O processo é complexo mas ao ser aprendido e apreendido mostrará uma nova face do educador: um educador autônomo e emancipado.

Quando pensamos sobre autonomia, muitas reflexões são necessárias. Vejamos algumas: - a autonomia é adquirida ou construída?, - o discurso sobre autonomia sem a respectiva práxis gera autonomia ou fortalece a heteronomia?, - a escola atual e o Estado capitalista estão interessados numa Educação para a autonomia?

A autonomia é uma conquista interior com reflexos no exterior e que ocorre construtivamente ao longo da vida. Em condições ideais a criança torna-se progressivamente mais autônoma à medida que cresce e, ao tornar-se mais autônoma, vai adquirindo novas formas de pensar, julgar e agir. A construção da autonomia deve ser fruto da existência de condições ideais intra e extra-escola. Segundo Piaget, os adultos reforçam a heteronomia natural das crianças quando usam recompensas e castigos e estimulam o desenvolvimento da autonomia, quando interagem e partilham pontos de vista com as crianças.

Procurando atender o significado da educação percebemos que seu sentido vem do fato de visar um determinado fim, de promover um tipo de realização humana. Toda concepção de educação propõe um fim, um ideal a ser alcançado: a autonomia do cidadão é vista como o ideal da realização do homem.

A autêntica educação, no entanto, visa o aprimoramento da pessoa em relação a seu fim último e o bem das sociedades onde o homem é elemento participativo e em cujas tarefas, uma vez adulto, terá de colaborar. A noção de "aprimoramento da pessoa humana" vai ser mais ou menos constante embora entendida de maneiras bem diversas.

A educação deve promover uma mudança na maneira de ser do educando. Uma mudança nas atitudes e no comportamento. Não se pode considerar bem sucedido um tipo de educação que desencadeie um novo tipo de pensar, desvinculado de um novo tipo de agir. Os resultados do processo educativo vão promover uma conscientização da situação existencial envolvendo os aspectos científico, político, social, econômico e outros.

Essa consciência crítica, objetivo da educação, possibilitaria ao educando decodificar as mensagens codificadas, selecionar de acordo com critérios as idéias que se lhe apresentassem, as tradições e os conhecimentos científicos e, assim, ultrapassar o conformismo, a acomodação, a submissão e a irracionalidade, para atingir a coerência entre o pensar e o agir. Só por uma deficiência dos processos educativos nesse setor podem ser explicadas atitudes de irracionalismo, violência ou passividade conformada em indivíduos que receberam uma educação formal.

A educação deve promover a emancipação através da autonomia, e ela se dá por meio de uma consciência crítica que permita maior comunicação e diálogo entre os homens de diferentes classes e posições sociais. A comunicação verdadeira resulta da consciência crítica ao mesmo tempo em que a propicia. Uma ação pedagógica entre a Escola e o Estado deverá possibilitar essa comunicação aprimorando o nível de entendimento e estimulando a reflexão e a autocrítica.

Os resultados da educação se manifestam não apenas no plano racional mas na vivência de valores adotados. Viver a liberdade possibilitará um autocontrole e resposta criativa diante dos desafios colocados pela realidade.

É hora de dar-se um basta aos sistemas de ensino que visam apenas desenvolver os indivíduos do ponto de vista profissional, numa visão utilitarista da educação impedindo o espírito da busca e de crítica, anulando o senso de responsabilidade, já que não dão a possibilidade de opções, estimulando um tipo de agir irracional e anti-social.

Essa tomada de consciência é contínua por estar o homem sempre

inserido numa situação histórica e sofrendo uma série de desafios que o mantêm em equilíbrio. É a consciência crítica que possibilitará sua constante busca de equilíbrio através das novas soluções que descobre e das novas relações sociais que propõe. São situações vividas que constituem um meio de desenvolvimento da consciência crítica, principal pedra no alicerce da liberdade.

A escola como lugar onde oficialmente promove-se a educação deve antes de mais nada oferecer a possibilidade dessa formação de consciência crítica. Isto implica que tal encontro se deve realizar na escola, em forma de elaboração, isto é, de confronto e de inserção dos valores perenes no contexto atual. De fato, a cultura, para ser educativa, deve enxertar-se nas problemáticas do tempo em que se desenvolve a vida do jovem.

A escola deve estimular o aluno ao exercício da inteligência solicitando o dinamismo da elucidação e da descoberta intelectual e explicando o sentido das experiências e das certezas vividas. Uma escola que, através da educação que proporciona oferece explorações pré-fabricadas toma-se, por isso mesmo, obstáculo ao desenvolvimento da personalidade dos alunos.

Não seria suficiente um sistema de ensino que desse ao educando um máximo de informações sem visar um tipo de formação intelectual, moral e espiritual. Mesmo porque as informações veiculariam elementos formadores ou seriam dispostos de modo aleatório, promovendo contradições, ou visariam propositadamente um tipo de formação que anularia a liberdade humana. Nessa medida, é possível a dissociação dos processos de Educação, Estado e Ensino.

O ensino veicula um tipo de educação. Assim, não seria suficiente programá-lo apenas quanto ao seu conteúdo específico mas também quanto a sua contribuição para a formação de valores essenciais ao homem e úteis para colaborar com as transformações sociais necessárias.

É tarefa do educador aprofundar estudos em relação ao processo do conhecimento do indivíduo, ao conteúdo específico de sua área e às múltiplas relações entre as diferentes áreas do conhecimento e, com base em tais conhecimentos planejar, organizar sua proposta pedagógica, na direção do desafio aos educandos, da visão contextualizada do processo ensino-aprendizagem e, acima de tudo, possibilitando o contínuo relacionamento escola, família e sociedade.

Vemos hoje uma total indefinição do Estado como co-responsável

pelo processo de ensino-aprendizagem. Tal indefinição se dá em relação às políticas para a Educação e em especial àquelas que se propõe como críticas, de reconstrução social e voltadas aos aspectos cognitivos e humanistas das crianças. Tal atitude tem-nos mostrado a opção do Estado por uma Educação que valoriza aspectos quantitativos e de massificação e que se sobrepõem aos aspectos de qualificação e de formação de um homem crítico, atuante e responsável. A construção da autonomia, no contraponto desta perspectiva educacional (conservadora), passa pela visão curricular (concepção e ênfases) previstos e executados pela escola.

Quando a instituição escolar, num trabalho integrado entre os diferentes segmentos da comunidade e os três graus de ensino, atuarem concomitantemente, certamente haverá a preparação adequada do cidadão: homem capaz de intervir em seu mundo sócio-cultural por meio de exercício da co-participação, principalmente em realidades subdesenvolvidas.

Esta nova proposta para a escola na atualidade mostrará uma escola caminhando desde onde estava: tradicional, tecnocrata, burocrata e descontextualizada, para uma escola ativa, dinâmica e participativa. No entanto, esta mudança ocorre por esforço de alguns professores, de algumas instituições e de alguns segmentos sociais não sendo, então, uma proposta/política para a Educação oriunda do ESTADO até porque, este mantém-se muito ligado ao capitalismo monopolista que, por natureza, vê a educação crítica e o cidadão autônomo, emancipado e inteligente como obstáculos aos seus interesses.

Uma das denúncias mais graves que se faz atualmente à educação escolar diz respeito à sua competência para encaminhar adequadamente o cumprimento de suas tarefas. Sendo a educação o conjunto de atividades levadas a efeito pela instituição escolar como o objetivo de preparar a população jovem para a vida plena da cidadania, deve-se entender que ela possibilite a todos a compreensão elaborada da realidade social, política e econômica do momento vivido pelos educandos; o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais e físicas para uma intervenção nessa realidade e a posse da cultura letrada e dos instrumentos mínimos para o acesso às formas modernas do trabalho na sociedade industrial. Para o sucesso desse programa básico, a escola cumpre um roteiro de atividades e ações educativas que devem conduzir a esse objetivo. Ela deve ensinar o domínio dos instrumentos da cultura através da alfabetização, levando os estudantes a dominar o sentido e os instrumentos da produção do conhecimento científico e da produção cultural preparando-os para a vida política e para o trabalho.

Tais tarefas devem ser compreendidas de forma universal e igualitária objetivando dotar todos os cidadãos, das diferentes classes e grupos sociais, do mesmo instrumental técnico, político e cultural, alicerce indispensável como algo dinâmico e vivo.

Ora, um exame ainda que superficial indica que apesar da multiplicação da oferta de escolas na sociedade, isso não tem produzido resultados capazes de assegurar a proeminência da educação escolar como instrumento de transformação social. A escola, na sua missão política, apenas reproduz de forma mais ou menos inoperante a alienação daqueles que por ela passam. Na sua tarefa específica, ligada à transmissão e à produção do saber, a escola não tem sido capaz de superar a incapacidade já crônica de levar alunos analfabetos populares a um domínio completo do instrumento da leitura e da escrita. Na difusão, produção e informação cultural padece da falta de competência no domínio dos valores mais elementares da cultura local e nacional. E na área da preparação para o trabalho não tem avançado para além do fornecimento de atestados de escolaridade que, por exigências formais, são requeridos dos trabalhadores dos mais diferentes níveis e tipos de atividade profissional.

Só não se pode assegurar a inutilidade na escola porque ela, de certo modo, permite àqueles que a freqüentam um processo de ajustamento social, treino individual e convivência com instrumentos do conhecimento e do trabalho que, de alguma forma, familiarizam os educandos com exigências que deles serão requeridas e os capacitam para organizar as suas habilidades no "mundo da vida", sempre colocado no lado de fora da escola.

Muitas são as causas que têm sido consideradas para esse fracasso. As mais freqüentes, nos últimos anos, tendem a ser atribuídas a problemas de natureza social e econômica: carência alimentar, de habitação, de saúde e de tradição cultural dos alunos e que produzem deficiência de percepção, entendimento, atenção e capacidade intelectual para que a maioria dos alunos possa aprender o que a escola tem a ensinar.

Eventualmente, quando se tenta analisar a questão por dentro da atividade educacional, atribui-se o fracasso a causas de natureza psicológica, como problemas de relação entre professores, alunos e pais, ou de deficiências de instrumentos técnicos de ensino: material didático, recursos audiovisuais, técnicas de transmissão do saber, etc.

Mais recentemente, a crítica à educação escolar tem dirigido sua atenção para um outro aspecto: a inadequação do ensino a realidade da

criança. Mas aqui também as propostas são as mais desconcertantes, pois frequentemente induzem o processo educacional a uma espécie de ajustamento do ensino ao nível de conhecimento e experiência de vida dos educandos. Disso decorre a proposta de se organizarem tipos e níveis de educação diferenciados em função da clientela: uma educação para as periferias, uma para os filhos das classes populares, outra para os filhos das camadas médias e, ainda, uma outra para os filhos das classes dominantes.

É importante nesse momento abordar a questão por um outro lado. Não significa que se possa desconhecer as dificuldades e os problemas de se realizar a educação frente as necessidades emergenciais da vida, a como a alimentação, habitação, saúde, etc. Mas o simples preenchimento dessas condições não garantem um processo adequado para a tarefa educacional, mesmo porque nada indica que os filhos das classes médias e das classes superiores da sociedade estejam recebendo uma formação escolar competente.

A escola atual privilegia o conteúdo formalizado e acadêmico, mas desprovido de contextualização e atualidade. Existe um completo descaso com as questões relativas às realidades regionais, o reforço de uma visão compartimentalizada das Ciências, contido nas leis e pareceres. A forma superada e utópica de promover o processo ensino-aprendizagem, vidando o homem crítico, favorece, isto sim, a apresentação do conhecimento de forma inquestionável, descontextualizada e desvinculada das questões sócio-político-econômicas do país e da região. É necessária a abordagem relevante para auxiliar o aluno a assumir-se a partir do conhecimento que detém, como sujeito capaz de reivindicar seus direitos e assumir seus deveres.

É importante lembrar que o ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdos, métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos. É necessário a análise de que ensinar Ciências tem por objetivo básico a iniciação científica baseando-se no estudo direto do meio, do ambiente e das relações do homem-natureza.

A Educação Científica desenvolvida de forma interna e multidisciplinar pode efetivamente servir de meio para a emancipação e para o alcance da autonomia, condições básicas para o processo da formação do cidadão.

A autonomia do professor ampliada para a escola como um todo possibilitará a visão de Ciência como teoria importante da sociedade, defendida por Marx, figurando entre as forças produtivas do homem. A Ciência como participante do sistema industrial moderno ou como componente do caráter

dinâmico do pensamento. Cada caráter este que nos últimos séculos se desenvolve de forma consciente, relativo aos conhecimentos simples acerca da natureza e do mundo humano, conhecimentos que, em países mais desenvolvidos, estão ao alcance da população das classes sociais mais baixas. A capacidade espiritual do investigador, pela assimilação das diferentes classes sociais, influi de forma definitiva na vida social da população, criando-se então, uma população autônoma e emancipada.

A autonomia do professor refletir-se-á na formação de uma nova sociedade, com elementos pensantes e decididos criando-se, então, espaços para uma educação moderna e voltada aos princípios morais, éticos e politizadores.

O surgimento do professor com autonomia certamente conduzirá a Educação para um lugar onde as ações serão no sentido de fortalecer os currículos formais através do surgimento e da implantação de ações informais, extraclases e não-formais.

A atual estrutura formal e burocrática presente na Educação Brasileira privilegia a formação acrítica e não comprometida com a minimização ou solução dos problemas presentes no cotidiano da comunidade. Através da presença do componente AUTONOMIA currículos passariam a atender os anseios da comunidade e não a ambições pessoais.

Os professores com autonomia poderão oferecer aos alunos condições de entender a realidade de forma diferente daquela que o poder capitalista implementa para os quais assegura recursos os mais variados possíveis. O formalismo dos currículos inviabiliza ações críticas que propiciem atitudes, procedimentos e, conseqüentemente, maturidade científica.

Um dos resultados mais expressivos que se espera com autonomia implementada nas escolas, é o de que o desenvolvimento de um país se desencadeia na medida do amadurecimento de sua mente e seu espírito. Isto somente será possível quando houver o reconhecimento de como o ser humano aprende e o desenvolvimento do processo cognitivo.

É desnecessário dizer que em Educação as mudanças não se dão por partes e por segmentos estanques, elas exigem profundas revisões e até revoluções nos conceitos, nas concepções, na estrutura e no funcionamento da Escola e do sistema Educacional. A autonomia desencadeará tudo isto que foi relacionado aliando-se ainda às exigências do pensar, julgar e agir pedagógicos renovados.

Ainda como reflexos na Educação a autonomia deverá propiciar:

- a) a concepção de Ciências como uma das formas de se entender e construir a realidade;
- b) a concretização do processo de produção e disseminação científicas;
- c) a visão da nova situação do homem no seu aqui e agora, sendo sempre um elemento educável;
- d) o desenvolvimento de hábitos e atitudes científicas;
- e) um novo ser humano capaz de analisar a tecnologia como instrumento para repensar e operacionalizar a aprendizagem no sentido de respostas à constantes desafios;
- f) o surgimento de condições de pesquisa para seu próprio professor, e para o educando, surgindo daí, o ensino não-formal como um qualificador para os currículos formais;
- g) a valorização das Ciências e o reconhecimento de sua importância como elemento de integração social;
- h) o exercício do método dialógico fazendo deste a sua forma de comunicação e a fixação da autonomia como elemento desequilibrador dos atuais currículos formais.

Realmente ocorrerá a operacionalização da prática pedagógica que deverá ocorrer numa inter-relação da escola com a comunidade. Esse tipo de prática pedagógica além da valorização da história e da vivência de uma comunidade fará com que essa comunidade valorize a escola.

É necessário a integração permanente dos 3 graus de ensino pois, desta forma, o professor com autonomia, se constituirá num suporte permanente de apoio à formação docente, com ênfases à motivação, criticidade e à valorização ensino-aprendizagem como promoção do desenvolvimento das potencialidades e capacidades típicas do ser humano.

CONCLUSÃO

Se os professores proporcionarem uma vida escolar rica em oportunidades para pensar, é muito provável que a maioria das crianças modifique seu comportamento. Sabemos que muitas vezes os professores dizem às crianças o que precisam, o que devem fazer, a fim de provocar mudanças no comportamento. Os alunos aprendem aquilo que o professor deseja e apresentam esse comportamento (Raths, 4:77).

Analisando esta citação de Raths vemos com clareza o professor reproduzindo a ênfase de sua formação, caso clássico de heteronomia e, conseqüentemente, gerando um processo contrário ao do desenvolvimento da autonomia. O professor hoje não possui autonomia porque não foram desenvolvidos na sua formação ações que possibilitem este espírito.

As mudanças comportamentais que se pretendem do professor com autonomia serão frutos de ações e experiências ricas que serão desenvolvidas em sala de aula e fora dela. A autonomia será fruto da integração continuada do professor, dos seus alunos, das respectivas comunidades educativas com os meios intra e extraescola.

A autonomia é algo que precisa ser vivenciada, experienciada e, acima de tudo, ser objetivo de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Os professores devem e podem trabalhar dentro de um processo contínuo de incentivo e de desenvolvimento de um currículo com concepção e ênfase ao ensino crítico, mas responsável. Ênfase ao ensino ativo sem, no entanto, deixar de lado os pressupostos da cultura geral e universal específico por área de conhecimento e, acima de tudo, por uma escola que busque descobrir-se e assumir-se como instituição-chave e promotora dos estudos e pesquisas, voltadas para a formação do homem integral (com visão de mundo não-compartmentalizado). A escola assumindo seu papel, sua função social, certamente possibilitará o crescimento do potencial crítico, de autonomia e emancipação da criança (hoje) e do adulto do amanhã.

BIBLIOGRAFIA

LEMBO, Jonh. *Porque falham os professores*. Editora Pedagógica e Universitária (EPU), 1975, 8ª Edição. São Paulo - SP.

OAIGEN, Edson Roberto. *A influência das atividades não-formais e extraclasse na iniciação à Educação Científica*. Dissertação de Mestrado. UFSM - RS, 1990.

RATHS, Louis E. *Ensinar a pensar*. Editora Pedagógica e Universitária (EPU), 2ª Edição. São Paulo - SP